

## CONTRIBUIÇÕES INTERACIONISTAS A UM PENSAR SOBRE A DEFICIÊNCIA

### INTERACTIONIST CONTRIBUTIONS FOR A THINKING ABOUT DISABILITY

### CONTRIBUCIONES INTERACCIONISTAS A UN PENSAR SOBRE LA DISCAPACIDAD

PICCOLO, Gustavo Martins

*Universidade Federal de São Carlos*

[gupiccolo@yahoo.com.br](mailto:gupiccolo@yahoo.com.br)

MENDES, Enicéia Gonçalves

*Universidade Federal de São Carlos*

[egmendes@ufscar.br](mailto:egmendes@ufscar.br)

**RESUMO** Apresentamos, neste artigo, arquitetado mediante processo de revisão literária, as contribuições que o pensar interacionista pode fornecer no que tange a consecução de um pensar sociológico sobre a deficiência. Para tanto, como primeiro ato, adentramos ao universo formativo da Escola de Chicago, berço do interacionismo, tecendo considerações acerca do conceito de desvio, pedra de toque em toda literatura ali desenvolvida. Como segundo ato, nos apropriamos das questões candentes de Becker expressas em “Os estabelecidos e os outsiders”, obra tornada quase que um clássico sociológico contemporâneo e cujas linhas nos permitem realizar diversas inferências em relação à experiência de opressão vivenciada pelas pessoas com deficiência. Por fim, analisamos o corpus teórico erigido por Goffman e seus conceitos de estigma, carreira moral e instituição total, os quais nos permitem um pensar sobre a deficiência para além de derivações médicas e biológicas.

**Palavras-chave:** Deficiência. Interacionismo. Goffman. Becker.

**ABSTRACT** We present article, fabricated by the process of literature review, the contributions that the interactionist thinking can provide regarding the achievement of a sociological thinking about disability. For this, as the first act, we enter the formative universe of Chicago School, the birthplace of interactionism, making considerations about the concept of deviation, touchstone throughout the literature developed there. As the second act, we appropriate the nuclear issues of Becker expressed in "The established and outsiders", work published and made a classic contemporary sociological and whose lines allow us to make inferences about the experience of oppression experienced by people with disabilities. Finally, we analyze the theoretical base erected by Goffman and his concept of stigma, moral career, and total

institution, one which allows us to think about disability in addition to medical and biological derivations.

**Keywords:** Disability. Interactionism. Goffman. Becker.

**RESUMEN** Presentamos en este trabajo, hecho mediante el proceso de revisión de la literatura, las aportaciones que el pensamiento interaccionista puede ofrecer en relación con el logro de un pensamiento sociológico sobre la discapacidad. Para ello, como el primer acto, nos adentramos en el universo de la formación de la Escuela de Chicago, casa mater del interaccionismo, haciendo consideraciones sobre el concepto de desviación, piedra de toque de la literatura allá desarrollada. En el segundo acto, nos apropiamos de los temas candentes de Becker expresos en "Los establecidos y los outsiders", obra hecha un clásico sociológico contemporáneo y cuyas líneas nos permiten hacer inferencias acerca de la experiencia de la opresión que sufren las personas con discapacidad. Finalmente, se analiza la base teórica erigida por Goffman y su concepto de estigma, carrera de moral y institución total, elementos que nos permiten pensar acerca de la discapacidad por mas allá de derivaciones médicas y biológicas.

**Palabras clave:** Discapacidad; Interaccionismo, Goffman, Becker.

## 1 INTRODUÇÃO

Escusado destacar que a deficiência tem sido nos últimos decênios escrutinada por diversas lentes analíticas. Tenta-se de todas as formas pensá-la para além de lineamentos derivados da medicina e biologia, intuindo ressignificar o fenômeno como categoria socialmente produzida e assim edificar novas políticas e distintas relações dialógicas que favoreçam a efetiva inclusão de todos à materialidade que nos cerca. Em terras brasileiras, aquele que mais sucesso conseguiu em tal empreitada foi Sadao Omote, cujos textos se encontram em consonância a literatura interacionista, mais especificamente ao tecido conjuntivo de Goffman. Acerquemo-nos destas relações, as quais, *latu sensu*, demarcam um testemunho analítico sobre o processo ontológico de construção humana.

Sabidamente, o aparecimento do tipo humano traz a tona uma série de compostos que implodem qualquer princípio biológico determinista, revolucionando universalmente as formas de existência na terra, na medida em que tanto nos adaptamos a natureza como adquirimos a faculdade histórica de imprimir nossa vontade sobre a mesma. Por conseguinte, tal qual aponta Omote (2004, p.253) "o homem é naturalmente cultural e culturalmente biológico".

Baseado neste raciocínio, Omote (2004) destaca que as diferenças se distribuem de maneira complexa no homem, pois além daquelas existentes no plano intraespecífico das espécies, é impossível relegar a segundo plano as diferenças relacionadas a raça, sexo, idade, cultura, classe social, religião, nível de escolaridade e condições geográficas do ambiente imediato. A imensa maioria destas diferenças acaba por ser vista dentro dos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade da qual se faz parte. Todavia, algumas diferenças, em situações específicas, recebem significados de descrédito e desvantagem social, não podendo mais ser interpretadas como variantes da norma. “[...] *É a esse tipo de diferenças que nos referimos quando falamos em deficiências.*” (OMOTE, 1994, p.148).

Por conseguinte, a utilização do termo deficiência não deve ser confundida com uma grafia empregue para assinalar um distanciamento matemático em relação a certo valor considerado normal ou médio, pois, em sentido estatístico, o gênio é tão ou mais dissonante que o deficiente intelectual. Inexiste deficiência por si só como característica ou qualidade endógeno-orgânica referente à pessoa, posto que a mesma apenas se materialize como tal mediante critérios adotados socialmente e que delineiam o processo de identificação, reconhecimento e tratamento das pessoas assim definidas, portanto, se mostram modelados a partir das exigências estabelecidas pelas atividades cotidianas e pela forma com que os outros (audiência) interpretam e associam o conceito de deficiência como portando um inegável desvio, a torção de um curso natural. E é sobre a ideia de desvio que a literatura interacionista edifica seu quefazer teórico, tecendo importantes contribuições ao cenário dos estudos sociais.

## **2 NOTAS SOBRE A SOCIOLOGIA DO DESVIO**

Desenvolvida no final do século XIX e início do século XX, a sociologia do desvio abrolha como disciplina cuja finalidade reside na conceituação de problemas sociais abordados principalmente sob os auspícios da criminologia e dos ensaios religiosos. Tencionava, de acordo com Downes & Rock (1988, p.58), “se contrapor a descrição ingênua de ladrões, prostitutas, de suas organizações sociais e carreiras,

de suas técnicas e relações com as vítimas, conferindo o estatuto necessário a uma questão sumamente complexa: o desvio, tema dileto da Escola de Chicago”.

Vista como uma vertente ligada à sociologia norte-americana, a Escola de Chicago, berço do interacionismo, tem como traços distintivos a ênfase metodológica na pesquisa empírica enfocando a análise microsociológica das situações sociais, e tem no espaço urbano seu campo de pesquisa preferencial, ainda que os fundadores da escola como Park e Thomas, de acordo com Velho (2008), se interessassem tanto pela sociedade moderno-contemporânea como pelas sociedades tribais e tradicionais.

Teoricamente, a Escola de Chicago esteve diretamente influenciada pelo pragmatismo de William James, George Herbert Mead e Charles Pierce, assim como pela sociologia formal de Georg Simmel. Do pragmatismo adota a ideia de que o significado racional de uma expressão apenas pode ser compreendido mediante a análise de seus efeitos sensíveis sobre a própria vida do indivíduo, assim, relaciona-se toda forma de saber a uma experiência concreta, marca do profundo empirismo e relativismo característico da referida escola. Já de Simmel, se apropria da noção do empiricamente observável e da imperiosidade em se analisar fundamentalmente as situações da vida cotidiana para apenas a partir daí se pensar na dinâmica do social, traço este que estabelecia uma distinção analítica se comparada às vertentes sociológicas clássicas de Marx, Weber e Durkheim.

Mesclando fundamentos do pragmatismo e da literatura de Simmel a Escola de Chicago edificará sua ossatura cognoscitiva em torno do conceito de *definição de situação*, cujo teor ressalta que qualquer ação socialmente tomada é precedida por certa definição que traça uma linha diretiva a ser escolhida dentre inúmeras possibilidades, conceito este que dá origem a mais famosa assertiva deste corpus teórico, a citar: se as pessoas definem uma situação como real, ela será real em suas consequências, verdadeira pedra angular do saber interacionista.

Ao saber interacionista pouca importa definir a natureza, a essência ou mesmo a existência de determinado fenômeno. Real ou irreal adquire caracteres secundários no referido esteio teórico se comparado a definição atribuída a certo *fatus* social, posto esta produzir consequências sumamente distintas nas interações objetivadas entre sujeito e meio. Como exemplo clássico de tal definição, Becker (1963) ressalta que se o Tribunal do Santo Ofício define que uma mulher é bruxa ou

cometeu atos de bruxaria pouco importa se ela seja de fato bruxa ou tenha cometido tais práticas, aliás, pouco importa se existe ou não bruxaria. Foi definida como tal e suas consequências produzem interações sociais, moldando ativamente a psique.

Destarte, o elemento cardinal do interacionismo é a análise da ação social como referente às interações entre os mais diversos sujeitos, vistos não como mônadas isoladas, mas, sim, indivíduos ativos que atuam mediante redes e grupos sociais. Todavia, aos interacionistas interessa fundamentalmente os contatos repetitivos expressos dia após dia, enfim, as interações que podemos nominar de usuais, mas não qualquer espécie das mesmas, e, sim, aquelas que portam alguma desconformidade as regras e aos padrões estéticos, culturais e corpóreos apreciados. Importa o desvio e na ênfase em estudá-lo sociologicamente.

A categoria desvio acomoda uma grande diversidade conceitual, contudo, no entender de Faugeron (apud LIMA, 2001, p.189), um elemento comum une as teorias que versam sobre o mesmo, qual seja: o fato de que *“o desvio – por mais diverso que seja, e ele o é extremamente – é sempre e essencialmente uma diferença”*. Todo fenômeno de desvio é definido pelo sinal da diferença e o desviante como dessemelhante ao conjunto de saberes e padrões demarcados como hegemônicos.

Partindo da concepção de que o desvio materializa uma definição social, os interacionistas passam a se preocupar com sua criação simbólico-material, com a forma pela qual certos rótulos são empregues sobre grupos sociais específicos, além de analisar possíveis consequências na constituição da personalidade provocada pela prática da rotulação pejorativa, portanto, rompe-se com o modo de investigação funcionalista, na medida em que o desvio não é simplesmente o fato objetivo de não se conformar com as normas, mas a consequência de um rótulo colado nas costas do desviante.

Para Becker (1963, p.33) o desvio é *“como o produto de uma transação efetuada entre um grupo social e um indivíduo que, aos olhos do grupo, transgrediu uma norma, contudo, interessa-nos menos as características pessoais e sociais dos desviantes do que o processo através do qual estes são considerados estranhos ao grupo”*. Coerentemente, a atribuição de um determinado comportamento como desviante ou não depende fundamentalmente da forma com os outros reagem a tal comportamento e aos processos de seleção, identificação e tipificação dos

indivíduos empregues por este outro. Depreende-se uma característica fundamental que perpassa todo esse referencial, a citar, os interacionistas interpretam a constituição do desvio fundamentalmente na esfera da linguagem e do simbólico, marcas impactantes de toda produção de Goffman e Becker, os dois maiores expoentes do citado compósito intelectual.

Filhos de imigrantes judeus e colegas no Departamento de Sociologia de Chicago nos anos 40 e 50 Goffman e Becker alcançam notoriedade social mediante seus trabalhos acadêmicos. Suas principais ideias são difundidas no Brasil em meados dos anos 60, todavia, não alcançam grande repercussão, no entender de Velho (2008), devido à censura empregue pelo regime ditatorial a toda literatura provinda dos Estados Unidos, ao próprio caráter dos estudos de Goffman e Becker, que não estavam ligados a amplas análises do processo sócio-histórico e, fundamentalmente, a consideração da literatura sociológica americana como empirista e pouco sofisticada, excetuando a obra de C. Wright Mills, visto como crítico singular ao regime capitalista e ao próprio imperialismo americano.

Foi apenas na década de 70, fruto dos resquícios de maio de 68 e da difusão das ideias de Foucault, que Goffman e Becker têm suas obras publicadas no Brasil, as quais foram analisadas como uma forma de análise política do cotidiano. Ambos os autores acabaram por valorizar e divulgar a linha de pesquisa interacionista no Brasil, se interpondo frontalmente acerca da cisão entre Sociologia e Antropologia. De acordo com Velho (2008) são inegáveis as aproximações e vínculos existentes entre eles, todavia, esquematicamente Becker focaliza com maior intensidade a construção da ação coletiva mediante interação entre indivíduos, enquanto Goffman se concentra no processo de definição de situação e na construção da própria interação, enfim, naquilo definido como microssociologia, posto que se mostre intensamente tomado pelas interações interpessoais com vistas a desvendar suas regras, negociações, encontros e reformulações. Analisemos-nos mais detidamente.

### **3 BECKER E OS OUTSIDERS**

As pesquisas realizadas por Becker apresentam como traço distintivo a substituição do porque pelo como na forma de interrogar os problemas sociais. Sua

principal obra foi publicada em 1963, intitulada “Outsiders: estudos da sociologia do desvio”, traduzida praticamente quatro décadas após para o Brasil.

No entender de Becker (1963), o mundo social se compõe mediante a atuação conjunta de pessoas que produzem e definem realidades. Não há ação isolada na sociedade. Em outsiders, o referido autor principia seu exercício analítico mediante a relativização das regras que definem dado comportamento como certo ou errado. Aliás, mais do que relativizar, Becker (1963) vê nas regras, rótulos e desvios fenômenos historicamente construídos por intermédio de processos políticos pelo qual alguns grupos impõem seus pontos de vistas e sua própria cultura material e espiritual sobre outros.

Por conseguinte, o desvio, tema candente ao pensamento de toda Escola de Chicago, não é visto como inerente aos atos/comportamento ou indivíduos que os praticam, posto ser definido durante a trajetória dos processos de julgamento em torno de objetivos e grupos específicos mediante a interação entre uma pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele. Por entender que os estudos sobre o desvio invariavelmente apresentam mais teoria do que fatos, Becker (1963) direciona o foco de suas análises sobre a necessidade de conhecer as práticas desviantes a partir da perspectiva de seus praticantes, mesmo porque o desvio não deve ser investigado em termos absolutos ao passo que denote um tipo de comportamento que alguns reprovam e outros valorizam. Cabe ao pesquisador olhar acuradamente sobre como cada uma destas perspectivas é construída, conservada ou transformada.

O objetivo cardeal de “Outsiders: estudos em sociologia do desvio” reside em explorar de maneira interpretativa como se opera o processo de marginalização na sociedade. Todos os grupos sociais constroem regras e as aplicam em determinados momentos históricos e temporais específicos, e é sobre a base delas que se definem e delimitam o *outsider*. Em seu entender,

As regras sociais definem as situações e os tipos de comportamento apropriados a estas, especificando certas ações como “corretas” e proibindo outras como “incorretas”. Quando uma regra é aplicada, a pessoa que supostamente a quebrou deverá ser vista como um tipo especial de pessoa, uma em quem não se pode confiar que viva sob as regras do grupo. Ela é vista como uma *outsider*. (BECKER, 1963, p. 1)

Sinteticamente, *outsider* pode ser definido como aquele que se desvia do grupo. Isso, entretanto, não significa que seja tão fácil definir o fenômeno do desvio, mesmo porque diferentes grupos julgam fenômenos e coisas distintas como desviantes. O senso comum adquiriu por hábito conceituar o desvio a partir de uma noção estatística que o define como algo ou alguém que varia amplamente de uma média definida a priori. Nesse corpo teórico extremamente simplista, canhotos e ruivos são desviantes, pois a maioria das pessoas são destros e não ruivas, assim como o deficiente é desviante pelo fato de apresentar-se fora da normalidade corpórea ou funcional.

Também não se pode esquecer também a visão costumeira da interpretação do desvio como se o mesmo representasse algo patológico, enfim, como se revelasse a presença de uma doença. Em tal tecido conectivo, tudo o que se desvia tem um pé no patológico posto que a sociedade seja encarada como perfeita, um organismo arquitetado de forma a acomodar a humanidade da melhor maneira imaginada.

Ambas as definições anteriores, partamos da perspectiva estatística ou patológica, se mostram extremamente precárias. Ignoram solenemente a influência da política na definição da situação de desvio e dos desviantes, além disso, sob esse lineamento, o desvio sempre representará uma falha ou falta. É contra esta visão opressiva que o referido autor se insurge ao destacar o desvio como criação social.

Sociologicamente o desvio é visto como a infração de uma regra social, ou seja, a consequência de aplicação de regras e procedentes sanções aos desviantes, sendo que os grupos que criam o desvio ao elaborar regras cuja infração é interpretada como uma anomalia social visualizam seus transgressores como *outsiders*. Nestes termos, *outsider* nada mais é do que aquele a quem o rótulo de desviante foi empregue com sucesso, interpretação bem próxima ao conceito de estigma formulado por Goffman.

Pode a pessoa com deficiência ser rotulada como *outsider*? Se partirmos da consideração de que a deficiência representa diretamente a infração de uma regra social fundamental à sociedade capitalista, a citar, a eficiência (pedra de toque da organização social ocidental), resta poucas dúvidas de que a mesma pode ser incluída na categoria ampla descrita por Becker (1963). Partindo dos escritos de

Becker (1963) entendemos que a deficiência apenas pode se materializar enquanto conceito estrutural quando a eficiência passa a se constituir como a marca que se pretende extrair da vida, sentimento inexistente antes da modernidade propriamente dita. Assim, o conceito de deficiência já porta em sua origem um julgamento de valor profundamente depreciativo, posto designar o não funcional, o improdutivo, o estigmatizado. A deficiência, em suma, representa a diferença da eficiência, é sempre o outro da norma, da moral hegemônica sobre a qual se arquitetam um conjunto de rótulos depreciativos. Coerentemente, ser deficiente, como pontua Barnes (1996) significa ser discriminado e oprimido pela sociedade, processo histórico, mutável e que denota a imposição material e espiritual de um grupo sobre outro. A consideração desta gama de elementos nos induz a destacar a deficiência como produto da sociedade moderna, inexistindo em outras épocas históricas. Existia o cego, surdo, mudo, o aleijado, louco, retardado, o monstro (como a grande maioria dos corpos disformes era denominada), mas o deficiente não. Este apenas aparece conjuntamente ao desenvolvimento do sistema capitalista e dos mores modernos; é um rótulo deste tempo. Essa é uma contribuição fundamental de Becker para um repensar do aludido fenômeno, necessitando ser apropriada com a mais urgente seriedade. Contudo, seus textos também nos permitem ir além desta constatação primária.

De acordo com Becker (1963) apenas se aplica um rótulo com sucesso quando além de definir as normas cuja infração consiste em desvio se aplica as referidas sanções a este processo. Esta é a forma de dar corpo, tornar visível o *outsider*, o estigmatizado, objetivando denotar um suposto símbolo de inferioridade a mostra com o intuito de precaver outras atitudes ou comportamentos desviantes, igualmente se mostrando elemento cardeal a manutenção das relações sociais assimétricas mediante a interpretação das mesmas como naturais e imutáveis. Os grupos estigmatizados são os mais diversos possíveis e pelas mais distintas justificativas, contudo, existe um elemento que os une, a citar, a experiência da estigmatização.

Pautado em um enfoque comunicativo, o interacionista reitera que a quebra de regras sociais sem a tomada de consideração das reações do grupo não pode ser considerada como desvio, na medida em que apenas podemos projetar um ato como desviante quando o mesmo recebeu uma inferência negativa por uma atitude

de reprovação coletiva por parte de determinado grupo, invariavelmente daqueles que desfrutam uma situação de privilégio econômico-social. Segundo Becker (1963, p.14) “o desvio não é uma qualidade do comportamento, mas decorre da interação entre pessoas que cometem um ato e aquelas que reagem a ele”, contudo, em seu entender, ao tino sociológico, mais do que investigar as razões pelas quais as pessoas se desviam de determinados padrões hegemônicos, se mostra mais interessante versar como a imensa maioria pessoas não cede a impulsos desviantes. Aqui reside a complexidade e inventividade dos questionamentos postos por Becker. Muda-se a pergunta e obtém novas respostas.

Valendo-se de uma torção analítica, Becker (1963) enfatiza que a imensa maioria das pessoas experimenta impulsos desviantes com frequência, mais do que isso, em seu entender, ao menos em termos de fantasia, as pessoas são mais desviantes do que normativas. Derivado desta torção analítica, não é de estranhar que o interesse de Becker em seu clássico estudo se volta para as pessoas que fazem do desvio quase que um estilo de vida e o sustentam por um longo período de tempo, organizando sua identidade a partir do mesmo, as quais podem, inclusive, alterar as relações de força existente entre os grupos que vivem a margem na sociedade e aqueles que detêm uma posição hegemônica. Todavia, apenas os que detêm poder econômico e político conseguem fazer com que os outros aceitem suas regras, raciocínio que, de certa forma, se alinha ao conhecido estudo de Elias e Scotson, intitulado “*Os estabelecidos e os “outsiders”*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, tornado quase um clássico contemporâneo e também vinculado ao universo interacionista.

Mediante a díade estabelecidos-outsiders, Elias e Scotson (2000) tentam esclarecer o funcionamento das relações de poder existentes na sociedade, sendo que os estabelecidos representam os grupos ou pessoas que ocupam posições de poder na sociedade e são vistos como modelo moral para os outros, enquanto os outsiders são interpretados como se os mesmos materializassem as piores características da pior parte dos grupos dominantes ou estabelecidos. Tal relação entre estabelecidos-outsiders faz parte de uma complexa dinâmica social, cuja exclusão dos segundos deve ser vista a partir de uma situação de interdependência entre os grupos e não devido as qualidade individuais de cada pessoa, na medida em que para Elias e Scotson (2000, p.23) “a peça central dessa figuração é um

equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes, assim, um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído". Submeter-se à regra é a condição chave dos estabelecidos (lembrando que as regras são por eles mesmos criadas no sentido de favorecer a manutenção de sua ordem social), e a contravenção demarca os outsiders, vistos como anômicos, elementos cujo contato deve ser evitado devido a suas marcas estigmatizantes, as quais têm por efeito radicalizar o sentimento de passividade e inferioridade dos grupos definidos como tal.

Tal qual Foucault (1995), Elias e Scotson (2000) entendem o poder não como substância, mas, sim, como atributo de relações sociais tracejadas sobre um equilíbrio instável de forças. Não é algo que se possui de maneira etérea e eterna, tampouco se resume ao contato entre dominadores e dominados, senhores e servos, podendo inclusive ser desempenhado em sujeitos da mesma família ou grupamento social. Esta é, sem dúvida alguma, das contribuições mais originais de Elias (não podemos também esquecer sua teoria do processo civilizador, arquitetura cognitiva que explica a civilização europeia como formada pela interiorização das limitações e autocontrole dos impulsos conectada as transformações alavancadas pelo Estado Moderno e pela burguesia), cujos vértices se estabelecem definitivamente para além do material e estrutural.

As relações de poder e as congêneres hierarquias e desigualdade por ela gestadas, embora sempre assentadas em aportes econômicos, também se compõe como questão opinativa, de discurso, linguagem, na medida em que o status é inseparável da representação que os outros fazem do mesmo. O modelo analítico criado por Elias e Scotson nos permite analisar de forma essencialmente complexa a dominação hierárquica exercida por certos grupos sobre outros, assim como por quais mecanismos determinadas características passam a ser vistas como prepostos para a segregação, exclusão e humilhação. Depreende-se daqui que o conflito é um *fatus* estruturante da vida social. São as lutas e tensões que moldam a estrutura, sempre fluatável, embora inabalável quando a visualizamos somente por sua epiderme.

Colocado estes elementos, uma pergunta inevitável abrolha: Qual a relação possível entre a literatura interacionista perfilhada por Becker, Elias e Scotson no

que tange a um elucubrar sobre a experiência opressiva vivida pelas pessoas com deficiência? Ora, não é demasiado lembrar que o outsider é visto (seja em Becker ou Elias) como àquele crivado pelo prisma da opressão e excluído dos processos de tomada de decisão nos mais diversos acordos tácitos firmados cotidianamente. E não é exatamente esta a situação que se enraíza sobre a vida da imensa maioria das pessoas com deficiência hodiernamente?

Nesse sentido, as semelhanças são mais do que evidentes, cujo contributo nos permite pensar tal condição como fruto de relações assimétricas de poder, as quais estão em constante movimentação. Assinalar o conflito como dimensão crucial do social envolve, entre outras coisas, pôr a mudança de situação como possibilidade candente mediante rompimento radical desta assimetria. E como tal contenda pode se materializar? Única e exclusivamente quando as pessoas com deficiência tomarem parte da vida pública e participarem de todos os acordos tácitos firmados no terreno da socialidade que a circunda, em outros termos, quando as pessoas com deficiência passarem também a ocupar postos de alta visibilidade social e desfizer o pernicioso estigma de dependência imposto sobre sua identidade. E por falar em estigma, apresentemos agora os contributos do mais ilustre filho do interacionismo: Erving Goffman.

#### **4 HISTORICIZANDO GOFFMAN**

A obra de Goffman classificada como microssociologia, não sem certo desdém, não gozou de estatuto acadêmico que a transformasse em uma referência fundamental ao campo, assim, apesar do termo destacar um corpo de estudos que foca as minúcias do cotidiano no processo explicativo de marginalização social, micro inegavelmente nos leva a pensar em algo pequeno, particular, de menor importância e, em geral, coisas ou elementos menores são considerados menos importantes do que os maiores.

Partindo de um referencial ancorado claramente em Mead, Goffman advoga a universalidade dos símbolos, posto que nada dito ou manifesto deva ser encarado como absolutamente particular. O homem é visto como produto da linguagem e de suas relações, na medida em que as expressões dos indivíduos por meio de tais universais são orgânicas quanto à constituição psíquica dos próprios sujeitos. Mais

do que mera função comunicativa, a linguagem é vista como o principal mecanismo pelo qual se desenvolve a humanidade do humano.

Essa relação é percebida claramente em Goffman (1985, 1992) quando o mesmo foca suas forças analíticas na luta contra o processo de estigmatização experimentado por aqueles rotulados como desviantes. A luta que retrata não é pela transformação material da sociedade, mas, sim, pela resignificação da prática dialógica.

Além da ênfase no simbólico como protoforma da constituição humana, Goffman (1980, 1985) tece considerações sobre a complexa dialética existente na relação eu e outro. Para Goffman, assim como em Mead, o reconhecimento de si próprio carece do reconhecimento do outro, ou seja, o reconhecimento de si nos outros e dos outros em si mesmo. Tal interpretação pode ser encontrada no “Estigma” e, fundamentalmente em “A representação do eu na vida cotidiana”, obra na qual Goffman sopesa interpretativamente as múltiplas representações que o indivíduo apresenta de si mesmo, assim como, os meios mediante os quais controla a impressão que formam a seu respeito e o que podem ou não fazer diante do outro, da diferença em estado de alteridade. Nesse contexto, o foco de análise inegavelmente se encontra dirigido para os contatos face a face, cuja tese central carrega implicitamente a ideia de que as pessoas, por intermédio de suas interações, teatralizam as relações experimentadas no cotidiano.

O conceito de equipe utilizado por Goffman ao investigar competições esportivas na qual cada jogador deve ser capaz de visualizar a si mesmo a partir da perspectiva dos vários outros e embasar sua conduta em função destas relações é uma clara mostra de teatralização da vida pela qual determinado sujeito adquire a capacidade de se apropriar ativamente das normas e valores expressos socialmente.

Colocado estes elementos, torna-se notório que a informação, e, por conseguinte, o signo/símbolo por ela veiculado, é eminentemente reflexivo, constituído em um complexo processo de negociação social e transmitida por intermédio de uma série de expressões corporais. Em Goffman (1980), o corpo literalmente fala. Citada informação pode estabelecer relações de prestígio, honra ou descrédito, os quais confirmam certo status social. Símbolos de prestígio estão em contraposição aos símbolos de descrédito ou símbolos de estigma, tais como

cicatrizes nos pulsos de um suicida, as marcas de algemas ou da utilização de drogas, em cuja existência atua no sentido de restringir as possibilidades de inserção e ascensão social. Essa é a visibilidade do estigma, visto como ferramenta comunicativa que porta o objetivo implícito de comunicar aquilo que o indivíduo possui, quem ele é, a que círculo pertence. As marcas do estigma se inscrevem literalmente nos corpos, embora algumas delas tais como impotência e esterilidade apenas se mostram visíveis nas relações mais íntimas.

Entretanto, para Goffman (1980), a constituição vertical de um fenômeno opressivo como o estigma, como estando em contraposição à norma, não deve ser entendido a partir de uma relação de antítese binária. O normal e o estigmatizado fazem parte de um complexo social, o que não significa que são complementares. São parte de um e outro concomitantemente, a fortaleza de um pode ser a fraqueza do outro e vice-versa, portanto, existem paralelos e similaridades em suas funções sociais e não nexos adjacentes, mesmo porque, na linha de análise interacionista, e isto é fundamental, o normal e o estigmatizado não são indivíduos propriamente ditos, e, sim, perspectivas, pontos de vista, interpretações, interações.

Por serem pontos de vista, a pessoa estigmatizada sob uma perspectiva evidência, no entender de Goffman (1985), os mesmos preconceitos utilizados contra aqueles estigmatizados sob outros pontos de vista, sendo que tal processo, o da estigmatização, pode ser entendido como uma forma de controle social pela qual os grupos dominantes removem determinados grupos vistos como minorias (negros, mulheres, pobres, crianças, deficientes, etc.) dos espaços sociais competitivos.

Nesse contexto, faz todo sentido a afirmação de que o estigma deve ser visto como uma etimologia que faz referência a um atributo profundamente depreciativo da pessoa, contudo, o mesmo atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, na medida em que o estigma nada mais é do que um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. O estigma, entendendo este como uma marca que denota inferioridade moral, torna as pessoas desacreditadas e desacreditáveis na constituição das interações sociais, portanto, interfere ativamente em sua constituição, aliás, mais do que isso, nega a humanização plena das pessoas a que são conferidas os rótulos depreciativos, posto que atravanque a possibilidade de apropriação do patrimônio histórico-cultural da humanidade. Sob tal lógica não é de se estranhar que os desviantes e

estigmatizados são, na maioria das vezes, vistos como pouco humanos ou humanamente inacabados.

Corpos estigmatizados são espaços marcados pela pecha do desvio, da segregação, corpos calados, multilados, a quem são destinados papéis sociais secundários e subalternos. O fato de as pessoas estigmatizadas vivenciarem experiências semelhantes em função de suas marcas corporais faz Goffman (1992, p.41) cunhar para tal situação o conceito de carreira moral, no qual a pessoa estigmatizada “apreende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa um estigma particular.”.

Em algumas circunstâncias o estigma pode até ser incorporado e reconhecido pela sociedade da qual se faz parte, todavia, essa não é a situação usual ou costumeira, pois no mais das vezes é o estigmatizado que tem de abandonar certas características ou aportes para efetivamente se inserir no seio da comunidade. Referida visão está permeada da temática do conflito social, não de forma radical e revolucionária como nos escritos marxianos, todavia também se encontra distante da visão liberal e reacionária expressa de que os homens por meio de sua racionalidade julgariam e poderiam resolver os conflitos sociais, tal qual notamos no funcionalismo clássico.

Inegavelmente, os escritos de Goffman nos permitiram enriquecer as formas pelas quais compreendemos os processos de produção de subjetividades na sociedade contemporânea mediante os conceitos de estigma, carreira moral, e, fundamentalmente, através de suas investigações sobre as instituições totais, cujas análises demarcam a importância fundamental de alguns detalhes aparentemente pitorescos e insignificantes do cotidiano pelo qual as relações de poder se ramificam, circulam e produzem saberes e sujeitos. Nesse sentido, Goffman (1980, 1992) dialoga mais com Foucault do que propriamente com Mead, aliás, o tema das instituições totais guarda inegáveis relações com estudos de Foucault sobre o sistema carcerário e psiquiátrico.

O conceito de instituições totais cunhado por Goffman advém de sua pesquisa realizada na cidade de Washington entre os anos de 1955 e 1956, no qual o mesmo investigou os costumes, hábitos, valores e normas de aproximadamente 700 internos, em sua grande maioria, definidos como doentes mentais. Ao analisar o

regime de vida desses internos e destacar como os mesmos estavam acorrentados a instituição da qual faziam parte, Goffman (1992, p.11) cunha o conceito de instituições totais, entendendo esta como um “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

Grosso modo, instituição total pode ser definida como aquela que almeja controlar a totalidade dos aspectos da vida das pessoas a ela submetidas mediante a substituição de todas as possibilidades de interação social por alternativas internas. Claro está que todas as instituições possuem certa tendência ao encerramento social e a propagação de seus valores, ao menos em seu espaço interno, todavia, algumas instituições são mais fechadas que outras, sendo que seu caráter total é simbolizado pela barreira que a mesma emprega à relação social com o mundo externo e pelas proibições as saídas deste esquema físico, em geral materializadas pela utilização de portas trancafiadas, grandes muros com arames ao redor, fosso, florestas, etc.

No entender de Goffman (1992, p.16-17), podemos dividir as instituições totais ou fechadas em cinco grupos, quais sejam:

Em primeiro lugar, instituições criadas para cuidar das pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias dos empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros.

Nas instituições totais todas as atividades são realizadas em um único local e com as mesmas coordenadas, independentemente das particularidades

apresentadas por cada pessoa, pois o objetivo explícito está em manter a ordem social mediante horários rígidos e a realização das mesmas atividades diárias. Em tudo se busca uma uniformidade, seja nas roupas que vestem, nos quartos que ocupam ou na alimentação, com o intuito de retirar qualquer possibilidade de condução das próprias vidas pelos internos. O sistema é o autor, aquele que decide os destinos do ir e vir. Rotina e disciplina, as máximas das referidas instituições, as quais apresentam como características distintivas uma nítida separação entre as pessoas que trabalham na organização (cuja função reside em despojar os internos de sua própria personalidade por meio do controle de todas as dimensões de sua vida e da privação a qualquer forma de intimidade) e aqueles que habitam a instituição.

O processo de ressocialização e volta a um suposto estado de normalidade que permita a inserção dessa pessoa na sociedade novamente se dá basicamente, ao menos nos escritos de Goffman (1992), em duas etapas. Primeiramente nota-se o aparecimento daquilo denominado como mortificação do eu, processo que consiste em humilhar, enfraquecer, degradar, satirizar e profanar as marcas, o comportamento e a identidade do próprio interno, cujo início decorre já na entrada dos internos nas referidas instituições quando da recolha dos pertences pessoais e de suas roupas, do corte uniforme de seu cabelo e da distribuição de vestimentas iguais a todos os internos. Inspeções diárias e exames médicos contribuem para a manutenção desse suposto estado homogêneo, todos vistos como medidas para a mortificação do eu. Já na segunda etapa, se tenciona mecanismos de reconstrução de uma nova identidade do interno mediante a interiorização de normas, valores e padrões sociais em coerência aqueles propalados e difundidos no sentido de manter a organização social intacta, ou seja, se objetiva a apropriação não refletida dos ideais e conceitos expressos pelas classes dominantes.

A julgar pela existência de instituições como o sistema prisional, hospitais psiquiátricos, internatos escolares, escolas especiais, asilos para idosos, orfanatos para crianças, quartéis militares e seminários religiosos, notamos claramente que as instituições totais não são fenômenos tão excepcionais na sociedade moderna, muito pelo contrário, pois continuam a marcar efetivamente nossa época além de ainda portarem as marcas de uma instituição fechada que funciona como local de

trabalho, residência e lazer, no qual um grupo relativamente grande vive em tempo integral.

A tiranização do interno é produzida mediante um processo de infantilização social, cuja teleologia está em retirar do indivíduo sua autonomia, liberdade de escolha e capacidade de decisão a fim de edificar uma situação de dependência quase absoluta da escolha de outrem. Em suma, sou e farei o que os outros querem que eu seja e faça, raciocínio esse comumente arquitetado na definição de dependência experimentada pelas pessoas com deficiência.

As microtessituras destas relações de poder são introjetadas nos internos desde seus primeiros dias no claustro de forma que ele se adapte e se submeta a gama de regulamentos expressos sem ao menos pensar neles. Nesse sentido, é singular a demonstração de Goffman (1992) de que existem similaridades das mais diversas possíveis entre um asilo de loucos, um campo de concentração, um convento, uma prisão e um internato escolar do que se possa imaginar superficialmente, pois todos eles utilizam poderosos mecanismos de segregação, estratificação social e modelação de subjetividade por meio de um jogo de relações entre punições e recompensas erigidas com vistas à assunção de um padrão moral previamente estabelecido, composição esta também existente, diga-se de passagem, na sociedade cotidiana, contudo, não de forma tão explícita e flagrante.

Por intermédio do conceito de instituições totais podemos perceber que historicamente as pessoas com deficiência, principalmente aquelas definidas com alguma forma de doença mental, foram sendo despojadas de livre arbítrio para assumir um papel social, o papel de doente. É exatamente esse novo papel que justificaria a procura por parte dessa pessoa de um médico que possa curar sua enfermidade e devolver a tão sonhada normalidade. Após analisar os sintomas, o médico elabora um processo de tratamento fincado em sua segregação do meio externo e de seus contatos pessoais, se vale também de remédios, punições, prêmios, elementos estes vistos como parte do processo de cura, por isso, acaba sendo legitimado socialmente.

A partir deste complexo, Goffman (1992) implode o raciocínio tradicional sobre tais instituições como humanizadoras e a preponderância do saber médico sobre outros saberes. Intersticialmente, em seus escritos, percebemos como o papel e lugar do doente são construídos e organizados em torno de uma lógica que

beneficia a própria ordem institucional no afã de justificar a dominação de um grupo sobre outro. A denúncia desta situação presta um público contributo na luta contra os contextos opressivos e contra a despersonalização enfrentada pelas pessoas com deficiência, contestando, assim, a visão sumamente unilateral de que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência eram fruto única e exclusivamente de sua própria deficiência.

O complexo erigido pela literatura interacionista e traçado, por ora, pelos textos de Becker, Goffman e também Elias e Scotson, nos fornecem subsídios para compreender a deficiência como forma de restrição/opressão social. O argumento crucial neste solo histórico é o de que

Todas as pessoas com deficiência experimentam múltiplas maneiras de restrições sociais, seja devido à inacessibilidade de alguns ambientes ou de noções questionáveis de inteligência e competência social, da inabilidade de a população em geral se comunicar mediante uma linguagem gestual ou pelo uso do Braille, ou ainda pelas atitudes de descrédito e preconceito desferidas contra as pessoas com deficiência (OLIVER, 1996, p.44).

## **5 CONSIDERAÇÕES**

Mostra-se imperioso implodirmos o compósito que descreve a deficiência como um problema trágico e de ocorrência isolada para os quais a única resposta apropriada seria o tratamento médico rumo a uma nova concepção que descreve a deficiência como uma situação de discriminação institucional coletiva para o qual a única resposta apropriada é a ação política inverte radicalmente os vetores que perfilhava seu entendimento na sociedade (OLIVER, 1990).

Não estamos a negar o caráter biológico e objetivo da lesão que acomete uma extensa parcela das pessoas com deficiência, tampouco minimizando as dificuldades que tais lesões geram na vida destas pessoas. Seríamos ingênuos se assim o procedêssemos. Entretanto, o intuito aqui está em destacar que não nos interessa a qualidade, tipo e extensão da lesão. Não é isso que nos preocupa, mas, sim, a opressão materializada sobre a condição da lesão que delimita a deficiência. Isto posto, como aponta Oliver (1990), qualquer que seja a natureza ou causa da deficiência, os problemas principais enfrentados pelas pessoas deficientes residem da desativação do ambiente e das múltiplas barreiras insensíveis a diferença, a citar,

barreiras atitudinais (relacionada à atitude das pessoas consideradas normais em relação aos deficientes, tais como o sentimento de caridade, dó, afastamento, etc.); barreiras econômicas (a pobreza, a discriminação no mercado de trabalho, a impossibilidade de autossustento, dentre outros); barreiras físicas (por exemplo, falta de transportes, prédios, cinemas e praças esportivas acessíveis, escolas adequadas); barreiras políticas (falta de uma legislação específica que combata a discriminação e que institua direitos inalienáveis como trabalho, lazer, educação, saúde, habitação).

Esta é nossa aposta, abrohada como antevisão ao investigarmos a literatura interacionista e cujo vetor teleológico destaca nos estertores deste artigo a necessidade urgente de passarmos a investigar a deficiência para além dos lineamentos médicos e biológicos. É preciso perquirir a deficiência como uma questão de direitos em um movimento semelhante ao organizado por outras minorias sociais, enfim, transformá-la em um campo de luta política objetivando o acesso universal de todas as pessoas as produções gestadas pelo gênero humano. Mas isto é desafio para outro artigo.

### **GUSTAVO MARTINS PICCOLO**

Doutor em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos e professor efetivo da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Estudioso das seguintes temáticas: Sociologia da educação; Sociologia; Educação Especial.

### **ENICÉIA GONÇALVES MENDES**

Doutora em Psicologia pelo IP-USP, mestre em Educação Especial na UFSCar. Professora associada da Universidade Federal de São Carlos, docente do Depto de Psicologia e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Fez estágio docente no exterior (Estados Unidos e Peru), e pós-doutorado na Université Paris V- Sorbonne na França (2007-2008). Atua na área de Educação com ênfase em Educação Especial. Desenvolve e orienta pesquisas sobre inclusão escolar, recursos de alta tecnologia assistiva e formação de profissionais para atuar com estudantes com necessidades educacionais especiais.

## REFERÊNCIAS

- BARNES, C. **The social model of disability: myths and misconceptions**. Coalition, Greater Manchester Coalition of Disabled People, 1996.
- BECKER, H.S., 1963. **Outsiders**: Studies in the Sociology of Deviance Free Press, New York.
- DOWNES, D. ROCK, P. **Understanding deviance**: a guide to the sociology of crime and rule-breaking. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- ELIAS, N & SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os "outsiders"**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel **Foucault** – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.231-249, 1995.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GOFFMAN: E. A representação do eu na vida cotidiana. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- LIMA, R, C, P. Sociologia do desvio e interacionismo. **Tempo soc.** [online]. 2001, v.13, n.1 p. 185-201.
- OLIVER, M. **The Politics of Disablement**. Macmillan, Basingstoke, 1990.
- OLIVER, M. **Understanding disability**: from theory to practice. Basingstoke: Macmillan; 1996.
- OMOTE, S. Deficiência e Não-Deficiência: Recortes do Mesmo Tecido. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 1, n. 2, p. 65-73, 1994.
- OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004.
- VELHO, G. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, Out 2008, v.23, n.68, p.145-147.